

## **ATA 2002**

ATA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA

**ata: 7 e 8/03/02**

Participantes:

Niusarete Margarida de Lima, Ministério da Justiça; Marília Eustáquia Couto Rocha Mello, Ministério da Cultura; Ivana de Siqueira, Ministério da Educação; Nilma Garcia Pettengill, Ministério do Esporte e Turismo; Ieda Ribeiro Dias dos Santos, Ministério do Trabalho e Emprego; Leila Silva Cannalunga, Ministério da Previdência e Assistência Social; Sheila Miranda da Silva, Ministério da Saúde; Ernesto Augusto Lucas Neves, Ministério dos Transportes; Raquel Elias Ferreira Dodge, Ministério Público Federal; Maria Aparecida Gugel, Ministério Público do Trabalho; Edison Silveira Collares, Casa Civil da Presidência da República; Lizair de Moraes Guarino, Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Adílson Ventura, União Brasileira de Cegos; Lúcia Severo da Costa da Costa, Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos; Cândida Maria Bittencourt Carvalheira, Sociedade Brasileira de Ostromizados; Roseane Cavalcante de Freitas, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; Maria do Carmo Tourinho Ribeiro Vieira, Associação Brasileira de Autismo; Maria José Calheira Lobo Teixeira, Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais, de Integração Social e Defesa da Cidadania; Deputado Federal Flávio José Arns, Federação Nacional das APAEs; Alan Cortez de Lucena, Ordem dos Advogados do Brasil; Jocélio Henrique Drummond, Central Única dos Trabalhadores; Cláudio Gomes, Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação; Magnus Ribas Apostólico, Confederação Nacional do Comércio; Maria Madalena Nobre Mendonça, Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. I.

SOLENIDADE DE POSSE: empossamento dado pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira Filho, aos conselheiros: representantes da Sociedade Civil: Associação Brasileira de Autismo, Maria do Carmo Tourinho Ribeiro Vieira; Central Única dos Trabalhadores - CUT, Jocélio Henrique

Drummond; Confederação Nacional do Comércio, Magnus Ribas Apostólico; Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais, de Integração Social e de Defesa da Cidadania, Maria José Calheira Lobo Teixeira da Silva; Federação Nacional das APAEs, Flávio José Arns e Luís Alberto Silva; Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, Lizair de Moraes Guarino; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Lúcia Severa da Costa e Helena Maria Álvares de Campo Pinto; Ordem dos Advogados do Brasil, Antônio Ivo Aidar e Alan Cortez de Lucena; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, Roseane Cavalcante de Freitas; Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação, Cláudio Gomes e Linamara Rizzo Battistella; Sociedade Brasileira dos Ostomizados, Cândida Maria Bittencourt Carvalheira; União Brasileira de Cegos, Adílson Ventura e Carlos Ajur Cardoso Costa. Representantes da Área Governamental: Casa Civil da Presidência da República, Edison Silveira Collares e Roselena Bianchi Scheidemantel; Ministério da Ciência e Tecnologia, Esper Abrão Cavalheiro e Albanita Viana de Oliveira; Ministério das Comunicações, Rejane Maria de Araújo e Elizabeth Garcia da Silva; Ministério da Cultura, Marília Eustáquia Couto Rocha Mello e Clélia Conceição de Araújo; Ministério da Educação, Ivana de Siqueira e José Luiz Mazzaro; Ministério do Esporte e Turismo, Nilma Garcia Pettengill e Ernani Cardoso Filgueiras; Ministério da Justiça, Niusarete Margarida de Lima; Ministério da Previdência e Assistência Social, Leila Silva Cannalonga; Ministério Público Federal, Maria Eliane Menezes de Farias e Raquel Elias Ferreira Dodge; Ministério Público do Trabalho, Maria Aparecida Gugel; Ministério da Saúde, Sheila Miranda da Silva e Sueli Moreira Rodrigues; Ministério do Trabalho e Emprego, Ieda Ribeiro Dias dos Santos e Sérgio Augusto Delgado Perdigão; Ministério dos Transportes, Ernesto Augusto Lucas Neves e Maria das Graças Aureliano.

DISCURSO DO MINISTRO DA JUSTIÇA ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO (resumo): O Conselho tem uma finalidade, um campo de ação muito abrangentes, porque a luta para a defesa, a satisfação e a promoção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência exigem uma atuação do Estado e da sociedade de múltiplas dimensões. Ele na sua composição e na sua ação

procura retratar e traduzir a pluralidade que a própria Constituição Federal apresenta sobre o tema. Desejou um trabalho profícuo e comentou que a nova composição do Conselho possui um plus institucional que é a sua independência, pois elegerá o seu presidente e seu vice-presidente.

DISCURSO DA DIRETORA TÂNIA ALMEIDA, do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos - DPDH/SDH (resumo): Justificou a ausência do Prof. Paulo Sérgio na posse do Conselho, em virtude de ter anteriormente assumido compromisso inadiável. Comentou sobre essa gestão plus: eleição do presidente e do vice-presidente do Conselho, a organização de uma coordenação executiva para o CONADE, separado da CORDE, mas ligada diretamente ao Departamento de Promoção dos Direitos Humanos. As ações que são executadas pela CORDE passaram a ser ações prioritárias com fluxo de caixa. Agradeceu à Dra. Lizair Guarino, que esteve à frente dos trabalhos, como presidente em exercício ao longo do mandato anterior.

DISCURSO DA CONSELHEIRA LIZAIR DE MORAES GUARINO (resumo): Agradeceu pelas palavras da Dra. Tânia Almeida e comentou que foi uma experiência gratificante ter conduzido os trabalhos do CONADE. Comentou acrescentando que o plus é também por terem conseguido as reuniões mensais. Expressou a opinião de que os conselheiros precisam se capacitar, deter maior conhecimento entre as deficiências e como também sobre as políticas públicas dos diversos órgãos para a defesa dos direitos dos deficientes. REGISTRO: Houve apresentação dos conselheiros titulares e suplentes, comentando sobre as expectativas para o exercício atual do CONADE. Manifestaram-se os convidados: Vereador Noel Maia, Câmara de Vereadores de Uberaba; Dra. Luzia Cristina Contim, da OAB/SP; Dr. Jocelino Pereira da Silva, da OAB/SP; Ana Maria Lima Barbosa, Conselho Nacional de Saúde - CNS. II - REFORMULAÇÃO DA PORTARIA Nº 537/99: Apresentado pela Conselheira Maria Aparecida Gugel, que relatou os problemas tidos para a edição da portaria que altera a composição do Conselho, a periodicidade das reuniões, a eleição de presidente, a criação de uma coordenação executiva, devido á vício

de legalidade, uma vez que não se poderia criar uma secretaria executiva por meio de portaria. As modificações foram necessárias para que se realizasse o evento de 7 e 8 de março, a instalação da nova diretoria do Conselho. As alterações: quanto à presidência do CONADE: Art. 8º "O CONADE será presidido por um presidente, ou por seu vice-presidente nas suas ausências ou impedimentos temporários". §1º "A eleição do Presidente e Vice-Presidente dar-se-á por meio de escolha, dentre seus membros, por voto de maioria simples, para cumprirem mandato de dois anos". § 2º "Nas ausências simultâneas do Presidente e do Vice-Presidente, a presidência será exercida pelo Conselheiro mais idoso". Art. 11. "Os serviços de Coordenação Executiva do CONADE serão assegurados pelo Departamento de Promoção de Direitos Humanos - DPDH, da Secretária de Estado dos Direitos Humanos". REGISTRO: Necessidade de se fazer um trabalho de interlocução com os demais Conselhos e tentar criar a secretaria executiva via projeto de lei. III. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO: a coordenação e a fiscalização das eleições foram feitas pelo Ministério Público Federal, por intermédio da Conselheira Raquel Elias Ferreira Dodge. CRITÉRIOS: 1) todos Conselheiros são eleitores elegíveis; 2) maioria simples; 3) voto aberto; 4) candidatura por meio de chapa mista; 5) candidatos indicados. Após a indicação e confirmação da candidatura, formou-se uma chapa única: Dr. Adilson Ventura, da União Brasileira de Cegos, e Dr. Ernesto Augusto Lucas Neves, do Ministério dos Transportes, que eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do CONADE, gestão 2002/2003. Resultado da votação: 19 favoráveis e 4 abstenções, 3 ausentes. REGISTRO: Conselheiro Jocélio Henrique Drummond justifica a sua abstenção por não ser favorável ao processo eleitoral de indicação, por considerar constrangedor e cerceador da liberdade de concorrência aos cargos. Conselheiro Flávio José Arns comentou que a escolha de chapas cerceia a liberdade, contudo ela favorece a harmonia entre o presidente e o vice eleitos.

IV. COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES. O Presidente do Conselho, Dr. Adílson Ventura, preside o formação das comissões permanentes, ficando elas assim constituídas: 1) Comissão de Políticas Públicas - Dra. Lizair de Moraes Guarino,

da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Dra. Sheila Miranda da Silva, do Ministério da Saúde; Dra. Maria do Carmo Tourinho Ribeiro Vieira, da Associação Brasileira de Autismo; Dra. Ivana de Siqueira, do Ministério da Educação; Dra. Carolina Angélica Moreira Sanchez, do Ministério da Previdência e Assistência Social; Dr. Adílson Ventura, da União Brasileira de Cegos; e Francisco Alves Nascimento Filho, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; 2) Comissão de Articulação de Conselhos: Cândida Maria Bittencourt Carvalheira, da Sociedade Brasileira de Ostomizados; Roseane Cavalcante de Freitas, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; Nilma Garcia Pettengill, Ministério de Esporte e Turismo; Marília Eustáquia Couto Rocha Mello, Ministério da Cultura; Comissão de Comunicação Social: Dra. Niusarete Margarida de Lima, do Ministério da Justiça; Dr. Ernesto Augusto Lucas Neves, do Ministério do Transporte; Dr. Magnus Ribas Apostólico, da Confederação Nacional do Comércio; Dr. Flávio José Arns, da Federação Nacional das APAEs; Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Análise de Atos Normativos: Dr. Alan Cortez de Lucena, Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. José Carlos Lassi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais, de Integração Social e de Defesa da Cidadania; Dra. Lúcia Severo da Costa, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Dra. Maria Eliane Menezes de Farias, Ministério Público Federal; Dra. Maria Aparecida Gugel, Ministério Público do Trabalho; Dr. Edison Silveira Collares, da Casa Civil; Dra. Ieda Ribeiro Dias dos Santos, Ministério do Trabalho e Emprego.

V. INFORMES: Conselheira Lúcia Severo da Costa passou um abaixo-assinado para que seja aprovada a Lei 4875/98, que oficializa a Língua Brasileira de Sinais, Libras. A Conselheira Maria Aparecida Gugel informou que o Ministério Público do Trabalho identificou alguns comprometimentos na reserva legal de vagas nos concursos públicos, e será feito um documento comum dos três Ministérios Públicos, Estadual, do Trabalho e Federal, para que se discipline essa reserva legal de vagas. Comunicou e agradeceu o patrocínio da Secretaria dos Direitos Humanos para o "Relatório de 2001 na Inserção da Pessoa

Portadora de Deficiência e Beneficiário Reabilitado no Trabalho". O Conselheiro Jocélio Drummond trouxe o Repertório das Recomendações Práticas, sobre a Gestão das Deficiências no Local de Trabalho oriundas da Reunião Tripartite da OIT. O Conselheiro Sérgio Augusto Delgado Perdigão sugeriu que os Conselheiros confirmem os seus dados na nominata da composição do CONADE, a fim de que corrigindo o cadastro individual, a comunicação seja mais efetiva entre eles. VI. APRECIÇÃO DA ATA DA IX REUNIÃO: após leitura da ata, pela Secretária-Executiva Márcia Mendes Melo, foram feitas as seguintes manifestações: A Conselheira Lizair de Moraes Guarino comentou sobre a questão das faltas dos conselheiros que deverão ser avisados que com duas faltas no Conselho a instituição perde a representatividade no CONADE. A Conselheira Ivana de Siqueira observou que o nome da Conselheira Maria Eliane de Menezes de Farias está errado na última página da ata, constando Maria Helena Menezes. A Conselheira Nilma Garcia Pettengill sugeriu fazer uma revisão gramatical na Portaria nº 154/02-MJ, que altera a Portaria nº 537/2000. A Conselheira Niusarete Margarida de Lima consultou a possibilidade de disponibilizar via internet os dados dos Conselheiros na página do CONADE. O Conselheiro Edison Silveira Collares fez uma colocação em relação à falta dos conselheiros nas reuniões, que é precisa definir se a falta diz respeito a cada dia da reunião, ou seja, um dia de presença na reunião é dada como ausência em toda a reunião, o que talvez seria no caso contraproducente, já que todas as reuniões são compostas de um conjunto de dois dias.

VII. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONADE - 2001: A apresentação feita pela Conselheira Lizair de Moraes Guarino, que informou que 76% dos projetos foram apoiados pelo CONADE. REGISTRO: Conselheira Sheila Miranda comentou da importância da divulgação sobre os eventos que cada conselheiro participe, para que conste nas atividades do Conselho. VIII. RELATÓRIO AVALIATIVO DO CONADE - 2001: Conselheira Lizair de Moraes Guarino e a Secretária-Executiva, Márcia Mendes Melo, apresentaram a auto-avaliação, com o objetivo de aperfeiçoar a atuação do CONADE no novo exercício. REGISTRO: A Conselheira Cândida Maria Bittencourt Carvalheira destacou que a Resolução

que foi aprovada em Florianópolis com modificações, ainda não está com nova redação, e por isso não foi republicada. A conselheira mostrou-se favorável ao resgate dos objetivos propostos e não alcançados pela gestão anterior, desde que não se reexamine o que já foi aprovado. A Secretária-Executiva Márcia Mendes Melo informou que dos objetivos propostos foram alcançados 32%. E que a proposta, como coordenação, é de que se possa avaliar os resultados e o impacto das ações do CONADE: se existe cumprimento dos atos elaborados e se tem o efeito desejado para a população. REGISTRO: A Conselheira Sheila Miranda sugeriu trabalhar com indicadores reais para uma avaliação mais qualitativa e fazê-la com maior periodicidade. A Conselheira Lizair de Moraes Guarino comentou que foi conseguido que a situação do portador de deficiência não piorasse, quando, por exemplo, evitaram que uma Portaria do Ministério da Ação Social diminuísse a per capita do portador de deficiência. Também foi uma vitória que a Portaria sobre o Núcleo de Reabilitação aumentasse um percentual de 192%. Sendo que os dois exemplos não constam no relatório. A Conselheira Lizair de Moraes Guarino lembrou que em relação à Lei sobre as quotas para os deficientes (no mercado de trabalho), que estava no Senado, pronto para ser retirado, foi conseguido que não fosse modificada até agora. Como também o CONADE está acompanhando, no Senado, o Projeto de Acessibilidade. Acrescentou também que, por meio da articulação de Ismaelita Maria Alves de Lima e dela, foi reativado o Conselho do Rio de Janeiro. A Conselheira Ivana de Siqueira lembrou que as ações relatadas não faziam parte dos objetivos expressos pelas comissões, sendo portanto necessário que existam objetivos mais gerais para que possam contemplar essas ações, e dessa maneira elas constarão nos relatórios do CONADE. A Conselheira Lizair de Moraes Guarino solicitou que conste em ata as ações relatadas junto ao Ministério da Saúde e o da Previdência e Assistência Social. A Conselheira Niusarete Margarida de Lima sugeriu que fosse disponibilizado, na internet, um extrato da ata em tópicos, em virtude de ser a leitura menos cansativa e mais visíveis os destaques principais. A Secretária-Executiva apresentou as dificuldades recorrentes na análise dos quatro coordenadores, sendo: a ausência de estrutura técnica administrativa na Secretaria do CONADE, número reduzido de reuniões durante

o ano, com um intervalo de tempo excessivo entre cada evento, demora no cumprimento da ordem emanada no Conselho, dificuldade de conclusão das redações conforme decidido pelo Colegiado, ausência de entrosamento do CONADE com os ministérios setoriais; dificuldade na obtenção de informações sobre a execução financeira dos Ministérios; ausência de fiscalização de cumprimento das obrigações estipuladas pelo Conselho junto aos obrigados; ausência de aferição dos resultados alcançados.

IX. RELATÓRIO DE GESTÃO DA CORDE: foi apresentado pela Conselheira Niusarete Margarida de Lima. Por meio de demonstrativos à demanda e ao apoio no exercício de 2001 nas esferas administrativa, privada, municipal e estadual, resultou que a CORDE apoiou 62% projetos em âmbito geral. A Conselheira informou que estas ações estão previstas no PPA: capacitação, eventos, implantação de conselhos, implantação de sistema CORDE de informações, publicações, estudos e pesquisas, eliminação de barreiras, campanha educativa. A Conselheira comentou que a política de ação da CORDE deverá focar as regiões mais carentes de apoio e informação. Comunicou que foram implantados alguns núcleos regionais de informação. E disse que a contrapartida dos núcleos é a disponibilização de informação na área do portador de deficiência para o cidadão, por meio de página na internet e sejam instalados os serviços em local acessível ao usuário. Os núcleos poderão tornar parceiros do CONADE com relação à denúncia, ao descumprimento de ordenamento jurídico, também poderão auxiliar no levantamento das estatísticas de denúncias e de resolução de casos. A Conselheira apresentou a parte financeira por meio; de relatório com as metas que foram previstas no PPA, informando que se obteve uma execução de 97,79% do orçamento previsto; da relação dos projetos e dos convênios firmados; do gráfico do orçamento executado, que consta o valor do orçamento e diferença do valor dos projetos apoiados. A Conselheira apresentou o Plano de Ação de 2002 em forma de resumos dos projetos e das ações previstas no PPA. Comentou sobre a grande demanda de projetos importantes que não conseguirão ser apoiados em função do reduzido valor orçamentário. Quanto às campanhas: comunicou

que ficou resto a pagar referente à campanha nacional do ano passado. Informou que a campanha nacional está em andamento. Comentou que a Campanha Nacional de Acessibilidade será lançada pelo Ministro da Justiça no mês de abril. No mês de março está sendo lançada uma campanha com as rádios comunitárias, com a Rede Oboré. REGISTRO: A Conselheira Cândida lembrou que é preciso ficar atentos as propagandas, devido à imagem negativa e discriminatória que ela vezes podem vincular. A conselheira Niusarete apresentou o projeto Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, previsto no Decreto 3.298/99. A Conselheira informou que a estratégia para o Núcleo de Informação é a expansão em todas as unidades federativas, para que todas as capitais tenham um Núcleo, e posteriormente multiplicá-lo nos municípios, ficando sob a responsabilidade da CORDE fazer a integração dos Núcleos, para formar uma rede nacional de informações. A Conselheira comunicou da existência do projeto de Manutenção do Sistema Central de Informação, que manterá a página do CONADE. Falou sobre o projeto de Edição e Distribuição de Documentos e Informações na Área de Deficiência, que tem por objetivo a atualização e a capacitação e a disseminação de informações. A Conselheira Niusarete Margarida de Lima informou que o censo realizado pela CORDE foi considerado pelas Nações Unidas como um modelo. REGISTRO: O Conselheiro Alan Cortez de Lucena apontou para a necessidade de se fazer um curso sobre a legislação voltada para a defesa dos direitos do portador de deficiência, para as pessoas da área jurídica. A Conselheira Neusarete Margarida de Lima informou sobre o projeto de Capacitação e Especialização de Técnico em Acessibilidade, que é uma meta que já existia com a finalidade de capacitar técnicos, agentes sociais para implementação das medidas previstas na lei e regulamentos específicos visando a democratização do acesso aos bens e serviços da comunidade à pessoa portadora deficiente. A conselheira apresentou o projeto de Qualificação Profissional, em duas ações: capacitação de recursos humanos e a promoção de eventos. A Conselheira apresentou outro projeto de Capacitação de Recursos Humanos para a Defesa de Pessoa Portadora de Deficiência, com a finalidade de possibilitar a qualificação e a requalificação de recursos humanos para atuação na área de

atendimento da pessoa portadora de deficiência. A Conselheira Niusarete Margarida de Lima manifestou-se na questão de otimizar os recursos da CORDE, sendo favorável ao trabalho em parceria e da priorização de eventos nas regiões mais carentes de informação, para isso é preciso identificar as necessidades imediatas tanto do cidadão quanto ao profissional da área. A Conselheira prosseguiu apresentando as emendas parlamentares dentro do orçamento da CORDE. A primeira delas é destinada às Federações das APAEs de Minas Gerais, objetivando a capacitação dos recursos humanos para a defesa de pessoas portadoras de deficiência, de autoria do Deputado Federal Eduardo Barbosa. A segunda, de autoria em conjunto dos deputados federais Eduardo Barbosa e Flávio José Arns, destinada a instrumentalização de instituições de e para pessoas portadoras de deficiências, com vista a inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho de determinadas categorias, na perspectiva de transição para o emprego no sistema regular de trabalho.

REGISTRO: foi sugerido conversar com o Deputado Federal Eduardo Barbosa sobre os efeitos ocasionados pela sua emenda parlamentar direcionada a uma única instituição de e para portadores de deficiência, uma vez que ele como parlamentar é representante de toda a causa, não há parlamentares para cada área de deficiência, e esse tipo de ação manifesta separação e privilégio de uma deficiência em detrimento à outra. A Conselheira Cândida Maria Bittencourt Carvalheira pediu para registrar em ata seu repúdio a emenda parlamentar que amarrar o orçamento a uma única Instituição. O Presidente do Conselho Dr. Adílson Ventura comentou que os problemas de orçamento é consequência da omissão do Conselho na busca de captar recursos e aumentar o orçamento. O Presidente sugeriu a formação de uma comissão para captar recursos e aumentar o orçamento previsto para a CORDE. A conselheira Neusarete Margarida de Lima apresentou o projeto de implantação de Conselhos de Direito da Pessoa Portadora de Deficiência, que objetiva o fortalecimento institucional, e dessa maneira é cabível aos conselheiros, em seu Estado e Município, orientar e buscar a criação de Conselhos, a fim de se ter

uma grande rede de Conselhos de Direitos. A Conselheira lembrou que essa ação visa a formação de conselheiros multiplicadores. A Conselheira Neusarete Margarida de Lima sugeriu a criação de um manual para criação do Conselho de Direito de Portadores de Deficiência. A Conselheira concluiu dizendo que a outra ação foi ter conseguido a Secretaria Executiva do CONADE, que de acordo com o Art. 9º, do Decreto 3298, apóia os serviços do CONADE, dando suporte que a CORDE dá ao CONADE. REGISTRO: A conselheira, seguida dos demais conselheiros, agradeceu pela vinda da Secretária-Executiva Márcia Mendes Melo e agradeceu o apoio recebido pelo sr. José Carlos, estagiário. X. Apreciação e votação do plano de ação da CORDE: O Presidente do Conselho Dr. Adílson Ventura cedeu a palavra aos conselheiros. Manifestação: O Conselheiro Carlos Ajur Cardoso Costa propôs uma visita ou ao Secretário de Direitos Humanos ou ao Ministro da Justiça para pedir suplementação orçamentária. A Dra. Tânia Almeida, Diretora do DPDH/SDH, sugeriu que se fosse primeiro ao Ministro do Planejamento e depois ao da Justiça. O Presidente do Conselho Dr. Adílson Ventura solicitou que se formasse a Comissão para o Orçamento 2002/2003, tendo como membros os Conselheiros: Carlos Ajur Cardoso Costa, da União Brasileira de Cegos; Alan Cortez de Lucena, da Ordem dos Advogados do Brasil; Cândida Maria Bittencourt Carvalheira, da Sociedade Brasileira de Ostromizados; e foram convidados os conselheiros: Deputado Federal Flávio José Arns, da Federação Nacional das APAEs, e o Dr. Edison Silveira Collares, da Casa Civil da Presidência da República. Votação: houve duas propostas de aprovação, mas as duas manifestando insatisfação com o valor alocado para apoiar os eventos da Sociedade Civil: 1) para aprovar com ressalva, de autoria do Conselheiro Carlos Ajur Cardoso Costa, e 2) para aprovar com protesto, de autoria da Conselheira Cândida Maria Bittencourt Carvalheira: ganhou a proposta 2, aprovado o Plano de Ação da CORDE com protesto. Resultado: 7 votos favoráveis, 6 abstenções e 2 votos contrários à proposta de protesto. XI. Apresentação do plano de ação do CONADE para 2002: O Presidente do Conselho Dr. Adílson Ventura solicitou que a Secretária-Executiva do CONADE lesse o documento Previsão de reuniões do CONADE -2002, que constava,

devido ao problema de orçamento, que as reuniões deveriam acontecer em Brasília e preferencialmente ocorrer nas segundas e terças-feiras, em virtude de haver vaga na agenda da sala de reunião do Ministério da Justiça. Ficou definido que as duas próximas reuniões serão fora do Ministério da Justiça, uma será no Ministério da Cultura e a outra será no Ministério Público do Trabalho. Foi votada que a data da reunião de abril seria nos dias 15 e 16. Foi estabelecido que as reuniões estejam pré-agendados para as segundas e terças-feiras do início de cada mês subsequente. A Conselheira Cândida Maria Bittencourt sugeriu a transformação da CORDE em Secretaria Nacional dos Portadores de Deficiência, a sugestão foi contemplada pelo Plenário. A Conselheira Lizair de Moraes Guarino contribuiu com a idéia de enviar uma correspondência ao Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, parabenizando-o pela criação da Secretária da Mulher e expressando o ensejo de que a CORDE possa se tornar também uma Secretaria de Estado. Sugestão apoiada pelo Plenário e aprovada por unanimidade. E para tanto as Conselheiras Nilma Garcia Pettengill e Ivana de Siqueira elaboraram um documento para ser enviado posteriormente, se oportuno, ao Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, após o Conselho obter maiores informações sobre a criação da nova Secretaria, certificando se é um Conselho com status de Secretaria ou não. A Conselheira Maria Aparecida Gugel sugeriu fazer as interlocuções com os demais Conselhos, até mesmo uma reunião conjunta. A Dra. Ana Maria Barbosa, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, disse que levaria essa intenção, de uma reunião conjunta, aos conselheiros do CNS.

**XII. APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DAS COMISSÕES:** O Presidente do Conselho Dr. Adílson Ventura informou que cada comissão deveria eleger o seu presidente e o seu relator. A Comissão de Políticas Públicas elegeu a Dra. Lizair de Moraes Guarino, como coordenadora, e a Profa. Ivana de Siqueira, como relatora. Plano de ação: 1) Enviar um ofício assinado pelo Presidente do Conselho a cada ministério setorial representado no CONADE, solicitando as atividades desenvolvidas em 2001 referente a assunto afeto ao Conselho e o plano de ação para 2002, em anexo o orçamento previsto; 2) Os representantes de governo trarão de seu órgão as ações relacionadas aos

direitos dos portadores de deficiência do ano de 2001, e também o plano de ação de 2002; 3) Os Conselheiros que representam o governo deverão acompanhar sistematicamente o desenvolvimento do plano de ação de seu órgão, a fim de apresentá-lo ao CONADE. A Comissão de Comunicação Social: coordenadora é a Conselheira Niusarete Margarida de Lima, não ficou definido um relator. Ações: 1) acompanhar a campanha nacional aprovada na gestão anterior; 2) fazer um boletim virtual; 3) reformular a página do CONADE; 4) fazer informativos em textos de extratos bancários, contas públicas e contra-cheques; 5) concurso do logotipo do CONADE, via internet, o prêmio é ser condecorado pelo Ministro de Estado da Justiça; 6) disponibilizar um link com todos os órgãos e entidades parceiros do CONADE. A Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Análise de Atos Normativos: não trabalharão com um coordenador e um relator pré-definidos. Ações: 1) acompanhamento analítico dos projetos de lei no Congresso Nacional, sob a responsabilidade do Dr. Alan Cortez de Lucena; 2) acompanhamento do currículo das instituições de ensino superior, para creditação de disciplinas voltadas para a área das deficiências; 3) atendimento jurídico aos pleitos referente ao acesso e à igualdade de condições aos direitos pelos portadores de deficiência, exemplificado na solicitação de livros em brailes para as editoras. A Comissão de Articulação de Conselhos: A coordenadora é a Conselheira Cândida Maria Bittencourt Carvalheira e a relatora é a Conselheira Roseane Cavalcante de Freitas. Ações: A Comissão decidiu apreciar as atividades propostas e não cumpridas da gestão anterior e dar andamento a elas, são pendências: 1) elaboração de um Política Nacional de Inserção do Portador de Deficiência na Sociedade; 2) Elaboração de uma resolução do CONADE que em todos os eventos sobre direitos humanos fosse inclusa a questão do direito do portador de deficiência; 3) capacitação dos conselheiros titulares e suplentes do CONADE, por meio de curso de gestão administrativa. REGISTRO: A Conselheira Roseane Cavalcante de Freitas informou que a Comissão está com a minuta de um projeto de lei da Bahia para ser apreciado, que após análise será encaminhado para a Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Análise de Atos Normativos. XIII. INFORMES: A Conselheira Cândida Maria Bittencourt

Carvalheira informou que foi fundada a Associação dos Ostromizados da Bahia, agradeceu o apoio dado pelo CONADE. IVX. ENCERRAMENTO: O Presidente do Conselho Dr. Adílson Ventura agradeceu a colaboração dos conselheiros e agradeceu pelo voto de confiança depositada nele para ser o presidente no biênio de 2002/2003. Esgotando-se a pauta, foi finalizada a X Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Dr. Adílson Ventura, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza seus efeitos legais. \_\_\_\_\_

ADÍLSON

VENTURA

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

## **RESUMO**

O Presidente do CONADE, Dr. Adílson Ventura, conduziu a X Reunião Ordinária nos dias 7 e 8 de março de 2002.

1. ABERTURA E POSSE: Em solenidade pela manhã, foi dada posse aos Conselheiros do CONADE pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira Filho, para o biênio 2002/2003.

2. ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE: Na parte da tarde a reunião foi presidida pela Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, do Ministério Público Federal, que coordenou e fiscalizou as definições de critérios para as eleições e o certame para presidente e vice-presidente do Conselho, em chapa mista e em voto aberto, foram eleitos os senhores: Dr. Adílson Ventura e Dr. Ernesto Augusto Lucas Neves.

3. COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES: Após as palavras dos eleitos, a condução dos trabalhos passou para o Dr. Adílson Ventura, presidente eleito, que tratou da composição das comissões permanentes do CONADE, a saber:

- Comissão de Políticas Públicas - Dra. Lizair de Moraes Guarino, da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi; Dra. Sheila Miranda da Silva, do Ministério da Saúde; Dra. Maria do Carmo Tourinho Ribeiro Vieira, da Associação Brasileira de Autismo; Dra. Ivana de Siqueira, Ministério da Educação; Dra. Carolina Angélica Moreira Sanchez, do Ministério da Previdência e Assistência Social; Dr. Adílson Ventura, da União Brasileira de Cegos e Francisco Alves Nascimento Filho, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down;
- Comissão de Articulação de Conselhos: Cândida Maria Bittencourt Carvalheira, Sociedade Brasileira de Ostomizados; Roseane Cavalcante de Freitas, ONEDEF; Nilma Garcia Pettengill, Ministério de Esporte e Turismo; Marília Eustáquia Couto Rocha Mello, Ministério da Cultura;
- Comissão de Comunicação Social: Dra. Niusarete Margarida de Lima, do Ministério da Justiça; Dr. Ernesto Augusto Lucas Neves, do Ministério dos Transportes; Dr. Magnus Ribas Apostólico, da Confederação Nacional do Comércio; Dr. Flávio José Arns, da Federação Nacional das APAEs.
- Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Análise de Atos Normativos: Dr. Alan Cortez de Lucena, OAB; Dr. José Carlos Lassi, FEBIEX; Dra. Lúcia Severo da Costa, FENEIS; Dra. Maria Eliane Menezes de Farias, Ministério Público Federal; Dra. Maria Aparecida Gugel, Ministério Público do Trabalho; Dr. Edison Silveira Collares, Casa Civil; Dra. Ieda Ribeiro Dias dos Santos, Ministério do Trabalho e Emprego.

#### **4.DELIBERAÇÕES:**

##### **a) SISTEMA DE INFORMAÇÕES:**

- Dentre as atividades, ações e articulações do CONADE, ficou acordado entre os conselheiros em melhorar a comunicação, os meios e a documentação, a fim de que possam ser disponibilizadas e multiplicadas as informações para toda a sociedade.

- Ficou definido que serão feitos informes por meio de textos em extratos bancários, do Banco do Brasil, Banco de Brasília, e nos contra-cheques dos servidores públicos sobre os direitos dos portadores de deficiência.

#### **b) PLANO DE AÇÃO PARA AUMENTAR O ORÇAMENTO:**

- Para implementar as verbas da CORDE, foi constituída uma comissão para ter uma audiência com o Ministro do Planejamento e depois com o Ministro da Justiça, seus membros são: Carlos Ajur Cardoso Costa, UBC; Alan Cortez de Lucena, OAB; Cândida Maria Bittencourt Carvalheira, SBO. Ficando de fazer convite ao Deputado Flávio Arns, FENAPAE, e ao Dr. Edison Silveira Collares, da Casa Civil, como intermediários.
- Para aproveitar melhor os recursos alocados para o exercício de 2002, o CONADE busca trabalhar em parcerias com os municípios, estados, órgãos e entidades. E estabelecer critérios para atender a demanda de projetos, selecionando por região mais carente de informação, como exemplo

#### **c) TRANSFORMAÇÃO DA CORDE EM SECRETARIA:**

- Proposta de uma moção para o Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, parabenizando pela Secretaria da Mulher e expressando o ensejo de que a CORDE se torne a Secretaria dos Portadores de Deficiência.

### **5) APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS:**

a) Relatórios de Atividade e de Avaliação do CONADE, exercício 2001. Objetivo: controlar e fiscalizar as ações do Conselho em sua eficiência e eficácia junto à sociedade. Ficando todas as pendências para serem revistas e implementadas em 2002, desde que não altere as deliberações da gestão 2000/2001. b) Relatório de Atividades e Plano de Ação da CORDE/2002:

- Está previsto para abril próximo o lançamento do Programa de Acessibilidade, conforme as leis 10048 e 10098, pelo Ministro da Justiça Aloysio Nunes Ferreira Filho.
- ORÇAMENTO PREVISTO/2002: Emendas parlamentares do Dep. Eduardo Barbosa e Dep. Flávio José Arns. A emenda do Dep. Eduardo Barbosa apóia as Federações das APAEs de Minas Gerais. A emenda do Dep. Flávio Arns, em conjunto com o Dep. Eduardo Barbosa, foi em favor da instrumentalização das instituições de e para pessoas portadoras de deficiência

### **CONCLUSÃO:**

- Ficou configurado na apresentação que os recursos não serão suficientes para desenvolver as atividades, projetos, programas e campanhas que estão a cargo da CORDE. Como campanhas nacionais, uma vez que ficou resto a pagar da campanha do ano anterior, o que faz diminuir consideravelmente a capacidade de ação para 2002.
- Em face à destinação de aproximadamente 10% do orçamento da CORDE ser exclusivo para uma entidade, foi sugerido conversar com o deputado, autor da emenda, apresentando os efeitos segregacionistas que esse tipo de emenda produz ao movimento de e para pessoas portadoras de deficiência.

### **6) APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA CORDE/2002**

- Foi aprovado com protesto o Plano de Ação da CORDE em relação ao parco recurso destinado aos eventos promovidos pela sociedade civil.

### **8) CALENDÁRIO DAS REUNIÕES:**

- Foi acordado que as reuniões serão pré-agendadas para todo início de mês, nas segundas e terças-feiras.

Próxima reunião será 15 e 16 de abril no Auditório do Ministério da Cultura, e a de maio será dia 6 e 7, no Ministério Público do Trabalho.